

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.147 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2000

Senado examina propostas para melhorar a segurança pública

Projeto de lei prevê a prestação voluntária de serviços auxiliares nas PMs e corpos de bombeiros e PEC permite às guardas municipais o policiamento ostensivo e preventivo. Matérias deverão ser votadas em breve pelo Plenário

CAE

CONSÓRCIOS
DEVEM TER SEGURO
OBRIGATÓRIO
PÁGINA 2

CCJ

PROIBIÇÃO DA
PROPAGANDA DE
FUMO SERÁ VOTADA
PÁGINA 5



Até o início de outubro, o Plenário deverá apreciar duas propostas relacionadas com a segurança pública

O Plenário deverá examinar até o início de outubro um projeto de lei e uma proposta de emenda constitucional (PEC) que objetivam aperfeiçoar os serviços dos órgãos de segurança pública. O projeto, originário da Câmara, estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros. A PEC, de autoria do senador Romeu Tuma, permite às guardas municipais a execução de serviços de policiamento ostensivo e preventivo.

PÁGINA 3

Arruda defende nova divisão territorial

Senador afirma que o Brasil é grande demais para ter apenas 26 estados.

PÁGINA 6



Arruda cita os exemplos do Tocantins e Mato Grosso do Sul

Martus Tavares depõe amanhã na Subcomissão do Judiciário

Parlamentares querem ouvir ministro do Planejamento sobre liberação de recursos para o TRT-SP.

PÁGINA 4



Renan Calheiros preside a subcomissão, que toma cinco depoimentos nesta semana



Projetos em tramitação na CAS tratam da concessão de registro para agrotóxicos e destino final das embalagens desses produtos

Regras para agrotóxicos serão discutidas na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apreciará em setembro relatório do senador Antero de Barros sobre projetos que estabelecem novas regras para produção, registro e destruição de embalagens de agrotóxicos.

PÁGINA 4



Uso de armas químicas e biológicas contra as plantações de coca e papoula pode contaminar meio ambiente, alerta Marina

MARINA TEME QUE AÇÃO CONTRA TRÁFICO DESTRUA MEIO AMBIENTE

PÁGINA 8

CAE aprecia em setembro projetos sobre seguro privado

A comissão deve também analisar proposta do Executivo que cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve apreciar, em reunião marcada para o dia 12 de setembro, dois projetos de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que alteram a legislação sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regulam as operações de seguros e resseguros. Uma das proposições inclui no rol dos seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios. Os projetos, que tramitam em regime terminativo na comissão, receberam pareceres favoráveis dos relatores.

A CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), deve examinar também projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que regulamenta as antecipações de receitas realizadas diretamente com contribuintes. O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), sugere que seja criada subcomissão para examinar a proposta. Também



Arlindo Porto quer alterar a legislação sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados



Althoff é autor do projeto referente às antecipações de receitas realizadas diretamente com contribuintes

será objeto de deliberação projeto de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que cria instrumentos de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para os entes federados que cumprirem as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Solicitação da Petrobras para que seja autorizada a elevação do

seu limite de endividamento em R\$ 3,3 bilhões também faz parte da pauta da comissão. O colegiado deve analisar ainda projeto que altera a lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além da proposta, do Executivo, que instituiu o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

Proposta que homenageia trabalhador da BR-174 será votado pela Câmara

Após ter sido aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE), seguiu para apreciação na Câmara dos Deputados projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que denomina José Vieira de Sales Guerra a ponte sobre o rio Branco, no trecho da BR-174 localizado no município de Caracaraí, em Roraima. A proposta recebeu parecer favorável do relator *ad hoc*, senador Agnelo Alves (PMDB-RN).

Em seu relatório, referendado pelo voto de 14 senadores, Agnelo Alves manteve a íntegra do texto do projeto e, mostrando-se sensível aos argumentos do autor, opi-

nou pela sua aprovação. A intenção de Jucá ao dar o nome de José Vieira de Sales Guerra à ponte, segundo o parecer da relatoria, "faz justiça a um homem simples e trabalhador, que dedicou grande parte de sua vida à luta pelo progresso daquela região do estado de Roraima".

Na justificativa do projeto, Romero Jucá relembra a trajetória de trabalho do homenageado, que chegou a Roraima em 1944 para atuar como apontador na construção da BR-174. O senador afirma que a homenagem deve ocorrer em reconhecimento aos serviços prestados por Sales Guerra ao de-



Segundo Jucá, o homenageado chegou a Roraima em 1944 para trabalhar na construção da rodovia

envolvimento do estado e, em especial, do município de Caracaraí, onde exerceu as atividades de oficial de justiça e escrivão.

Rodovia em Roraima pode receber nome de ex-deputado federal

Por iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), trecho da rodovia BR-174, na divisa dos estados de Roraima e Amazonas, poderá passar a se chamar Sylvio Botelho. A matéria será apreciada em caráter terminativo e está aguardando parecer do relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), na Comissão de Educação (CE).

Antes de se eleger deputado federal, entre 1971 e 1975, Botelho, segundo o autor do projeto, foi chefe do Setor de Medicina da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em Roraima, além de professor de ciências naturais da Escola Normal daquele estado, onde também lecionou a disciplina de puericultura e enfermagem.

HOMENAGEM A SEBASTIÃO
Outro projeto de Mozarildo Cavalcanti a ser apreciado pela Comissão de Educação dá o nome de Sebastião Diniz à ponte sobre o rio Uraricoera, na rodovia BR-174. O projeto, que terá decisão terminativa da comissão, é também relatado pelo senador Gilvam Borges.

Em sua justificativa, Mozarildo afirma que a BR-174, ligando Manaus (AM) a Boa Vista (RR), está intimamente ligada ao nome de Sebastião Diniz, que, no final do século 19, abriu uma picada na mata com 815 quilômetros de extensão para permitir o transporte do gado bovino dos campos do rio Branco, em Roraima, até Manaus. Essa picada tornou-se mais tarde a atual BR-174.

Mozarildo lembra que Sebastião Diniz foi um pioneiro da criação de gado bovino nas terras da Serra da Lua. Ele chegou a ser, diz Mozarildo, o maior fazendeiro da região do rio Branco, com mais de 100 mil cabeças de gado.



A intenção de Mozarildo Cavalcanti é homenagear os desbravadores de Roraima

Brasil 500



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira
14h30h - Sessão não deliberativa
Quarta-feira
14h30h - Sessão não deliberativa
Quinta-feira
10h - Sessão não deliberativa
Sexta-feira
9h - Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Terça-feira
15h - Subcomissão Permanente do Judiciário
Pauta: depoimento do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

ESPECIAL

Quarta-feira
12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: O toque do aboé, de Claudio Mac Dowell. Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

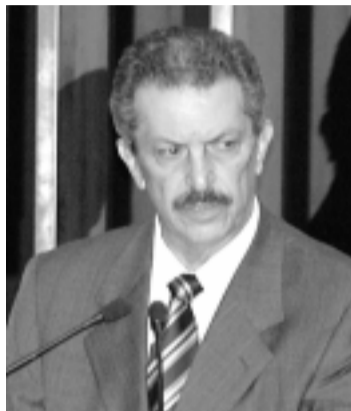
Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Criação de serviço voluntário está na pauta do Plenário

Proposta a ser apreciada pelos senadores institui alternativa para jovens de 18 a 23 anos dispensados de servir às Forças Armadas

Projeto de lei da Câmara que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros deverá ser votado pelo Plenário do Senado em setembro. Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) argumenta, em seu parecer, que a proposta deve melhorar os serviços prestados à população por esses órgãos de segurança pública.

A proposição permite aos estados e ao Distrito Federal instituir a prestação voluntária de servi-



Romeu Tuma é relator da proposta na Comissão de Relações Exteriores

ços administrativos e serviços auxiliares de saúde e de defesa civil para homens entre 18 e 23 anos,

que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas, e também para mulheres na mesma faixa etária. Esse serviço terá prazo de duração de um ano, prorrogável, no máximo, por igual período. A remuneração dos voluntários será fixada em até dois salários mínimos.

Segundo o senador, o projeto pretende suprir o atendimento das necessidades burocráticas e administrativas das polícias militares com o uso não-permanente de voluntários, possibilitando a liberação dos policiais e bombeiros militares profissionais para a execução de suas atividades constitucionais.

PEC permite a guardas municipais o policiamento ostensivo e preventivo

Além de proteger os bens, serviços, instalações e logradouros públicos dos municípios, as guardas municipais de todo o país poderão, através de convênio com o governo estadual, executar serviços de policiamento ostensivo e preventivo, caso seja aprovada a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Romeu Tuma (PFL-SP). A matéria está agendada para integrar a Ordem do Dia do próximo dia 3 de outubro.

Segundo Romeu Tuma, a sociedade elegeu a segurança pública como prioridade absoluta, e em estados com grande população o aparelho estatal preventivo de segurança pública não consegue os recursos necessários para melhorar a eficiência, principalmente nas periferias dos grandes centros.

O senador lembrou que o policiamento ostensivo não é exclusividade da Polícia Militar (PM) e, sob o comando da secretaria estadual responsável pela segurança pública, o município poderia colaborar com o estado através de um simples convênio.

— É comum vermos viaturas de rondas municipais protegendo as escolas, podendo tal patrulhamento estender-se ao



O Plenário deverá analisar a proposta de Romeu Tuma, que tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

atendimento da sociedade em geral. Ora, se a viatura da polícia municipal faz ronda visando à proteção das escolas, de bom grado a população, carente e à mercê muitas vezes dos marginais, contaria com mais esse apoio de segurança — explicou. Nos estados onde a PM pode estar constantemente presente em todas as ruas de determinado município, continuou Tuma, não haveria necessidade de um convênio com a guarda municipal.

O relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Iris Rezende (PMDB-GO), disse que a iniciativa é conveniente e oportuna. “É sempre louvável o intento de se propiciar maior segurança aos cidadãos, mormente nos dias de hoje, em que o complexo problema da segurança aflige grandemente a coletividade, sobretudo aquele segmento composto pelos indivíduos de baixa renda”, afirmou.

Comissão de Educação analisa proposta de combate à evasão

A Comissão de Educação deve analisar em sua próxima reunião, marcada para o dia 12 de setembro, projeto originário da Câmara que obriga as escolas de ensino fundamental a enviarem ao conselho tutelar de cada município e ao juiz da respectiva comarca a relação nominal dos alunos

que apresentem 25% de faltas não justificadas. A relação, de acordo com o projeto, será encaminhada ao final de cada bimestre.

A relatora do projeto, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), é favorável à proposta. Ela vê na iniciativa a oportunidade de proteger as crianças e adolescentes e de combater os elevados índices de evasão escolar, repetência e reprovação.

Na mesma reunião, a Comissão de Educação aprecia projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que institui o serviço de televisão comu-



Emilia esclarece que objetivo é proteger crianças e adolescentes

nitária. Segundo o senador, a proposta tem por finalidade abrir um canal de debates em todas as comunidades, democratizar a informação, além de legalizar um serviço que já se encontra em pleno funcionamento, principalmente na periferia das grandes cidades.

Na mesma oportunidade, a CE poderá examinar projeto do ex-senador Djalma Falcão que torna obrigatório o uso do alfabeto braile em todos os manuais de especificações técnicas de eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos.

A relatora da matéria, Emilia Fernandes, é favorável à aprovação do projeto e chegou a observar que a iniciativa irá proporcionar aos portadores de deficiência visual um novo mecanismo para que se rompa a exclusão social a que estão submetidos.

Instituição de serviço de TV comunitária deve ser examinada

Projeto de lei que amplia a Lei de Radiodifusão Comunitária, para instituir o Serviço de Televisão Comunitária, será examinado pela Comissão de Educação em setembro, em caráter terminativo. De autoria do senador Paulo Hartung, a proposta prevê a destinação para Serviço de Televisão



Hartung destaca papel social das emissoras comunitárias

Comunitária de pelo menos dois canais de operação do serviço, um na frequência VHF e outro na frequência UHF, de potência limitada a 250 watts.

O projeto também concede anistia às entidades, associações, pessoas físicas e jurídicas que exploravam radiodifusão (sons ou imagens) de natureza comunitária sem autorização, ressaltando os direitos de reparação civil por danos causados a terceiros pela operação irregular. Os equipamentos apreendidos por autoridades deverão ser devolvidos aos seus proprietários, sem direito de indenização.

Em seu parecer favorável ao projeto, a senadora Emilia Fernandes argumenta que um serviço de televisão comunitária pode contribuir

para a democratização da comunicação. Para ela, ao lado de canais de televisão por satélite, cabo e microondas, os canais comunitários de baixa potência permitirão adequar o produto às exigências de seu público receptor específico, deixando de lado o discurso baseado na “massificação tradicional das emissoras comerciais”.

Emilia também considerou louvável a proposta de estabelecimento de uma regra de transição para retirar da clandestinidade as milhares de emissoras comunitárias que já estavam em funcionamento quando da edição da lei que regulamentou o serviço de radiodifusão comunitária, em 1998. “A proposta de outorga de autorização precária por um prazo de dois anos, no máximo, nos parece extremamente justa”, argumentou.

A senadora destacou que uma emissora comunitária tem elevado alcance social, porque opera como uma via de duas mãos: ela não apenas fala como ouve, assegurando à comunidade o direito de se fazer ouvir em seus reclamos e manifestações de âmbito local.

Subcomissão ouve ministro e parlamentares

Amanhã, Martus Tavares, que responde pela pasta do Planejamento, Orçamento e Gestão, deve prestar esclarecimentos sobre a liberação de recursos para a obra do fórum trabalhista de São Paulo. Na quarta, será a vez de um senador e deputados

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, deporá amanhã à Subcomissão do Judiciário sobre a liberação de recursos para a obra do prédio superfaturado do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Na quarta-feira, prestarão depoimento o ex-deputado Hélio Rosas e três parlamentares – o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) e os deputados João Cóser (PT-ES) e Yeda Crusius (PSDB-RS).

O requerimento de convocação de Martus Tavares foi apresentado pelo deputado Djalma Paes (PSDB-PE) à Comissão Representativa do Congresso em julho, durante o recesso legislativo, após a publicação de notícias sobre a liberação de verbas da reserva de contingência do governo para a obra do fórum trabalhista. Como os demais requerimentos apresentados à Comissão Representativa, o pedido de convocação do ministro foi repassado à subcomissão.

O deputado observa que, apesar das irregularidades registradas, a obra do fórum trabalhista recebeu desde 1995 recursos sob a forma de créditos suplementares remanejados de dotações contingenciadas. A reserva de contingência, pondera ele, destina-se a cobrir eventuais insuficiências de recursos para obras previstas no Orçamento da União.

O requerimento de convite ao deputado João Cóser foi apresentado pelo líder do governo no Congresso, deputado Artur Virgílio Neto (PSDB-AM). O líder pede explicações sobre a apresentação por Cóser, que era relator setorial do Orçamento, de uma emenda que destinava R\$ 18 milhões à construção do fórum.

Os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Heloísa Helena (PT-AL) estão entre os signatários dos requerimentos que solicitam explicações do senador Carlos Bezerra, ex-presidente da Comissão Mista de Orçamento, e da deputada Yeda Crusius, que presidiu comissão especial destinada a avaliar relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras consideradas irregulares.

O ex-deputado Hélio Rosas foi convidado com base em requerimentos apresentados pelos deputados Walter Pinheiro (PT-BA) e Sérgio Miranda (PCdoB-MG), que pretendem obter informações sobre destaque de Rosas que acrescentou R\$ 8 milhões à dotação orçamentária do fórum trabalhista.



Subcomissão do Judiciário tomará nesta semana cinco depoimentos relacionados com a investigação sobre a obra do TRT-SP

CAS examinará novas regras sobre agrotóxicos

A Comissão de Assuntos Sociais examina em setembro relatório do senador Antero de Barros (PSDB-MT) sobre novas regras para produção, registro e destruição de embalagens de agrotóxicos. O relatório englobou projetos do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que cria normas mais rígidas para o destino final das embalagens e do ex-senador Blairo Maggi para agilizar a concessão de registro para novo agrotóxico, no caso de ter o mesmo princípio ativo de produto já licenciado.

Antero de Barros considerou os projetos parcialmente prejudicados, em função da aprovação da Lei 9.974, de 6 de junho de 2000. Mas considerou válido o dispositivo previsto no projeto de Álvaro Dias que estende ao Executivo a competência de legislar sobre a destruição de embalagens de agrotóxicos.

O relatório também inclui dispositivo do projeto de Blairo Maggi que torna mais rápida a concessão de registro de produto agrotóxico quando for reconhecida sua similaridade a produto já licenciado no país. Em sua justificativa, ele observa que o procedimento facilitará a concorrência entre empresas fabricantes de agrotóxicos e a conseqüente diminuição de seus preços no mercado brasileiro.

VETO

No dia 6 de setembro do ano



Relatório aproveita parte do projeto de Álvaro Dias sobre produtos agrotóxicos

passado, quando sancionou a Lei 9.974, o presidente da República enviou mensagem ao Congresso para informar que vetara dispositivo que previa a imediata entrada em vigor da lei. A justificativa foi de que havia necessidade de prever um prazo de 45 dias para regulamentação da lei. O veto ainda não foi apreciado pelo Congresso.

A lei se originou de projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que, preocupado com o grande número de pessoas intoxicadas devido à reutilização inadequada das embalagens de agrotóxicos, apresentou proposta tornando mais rígidas as regras para fracionamento e reembalagem dos produtos, prevendo que os usuários deveriam devolver as embalagens vazias aos estabelecimentos comerciais, no prazo de um ano.

Para Francelino, Senado criou um elo com cineastas

“Está demonstrado que já existe um elo entre os profissionais do audiovisual e o Congresso Nacional”, disse o senador Francelino Pereira (PFL-MG) ao comentar a proposta para a transformação da Subcomissão do Cinema Brasileiro do Senado, da qual ele é o relator, em colegiado permanente, conforme consta do documento final elaborado pelos participantes do 3º Congresso Brasileiro de Cinema, realizado em Porto Alegre.

Saudado pelos participantes como uma importante vitória para o cinema brasileiro, o 3º Congresso reuniu cineastas experientes, como Gustavo Dahl, que presidiu o encontro, e representantes do atual cinema brasileiro, como o diretor Beto Brant, autor de *Os Matadores*. Durante três dias foram debatidos os principais problemas do setor.

Francelino entende que, com a tomada de posição a favor da permanência da subcomissão, os profissionais do audiovisual estão demonstrando que, finalmente, o Legislativo “quebrou o longo silêncio” que havia entre ele e os profissionais do cinema.

– A verdade é que até junho do ano passado, quando foi criada a Subcomissão do Cinema Brasileiro,

no âmbito da Comissão de Educação, o pessoal do audiovisual só se entendia com o Executivo. Isso está mudando – disse.

No momento, Francelino está preparando o parecer que deverá apresentar na subcomissão e na própria Comissão de Educação até novembro. Para isso, ele dispõe dos depoimentos prestados em sete audiências públicas, quando foram ouvidos representantes dos produtores, distribuidores e exibidores, além

do responsável pela política oficial do setor, o diretor de Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés.

Francelino adiantou que pretende formular uma proposta voltada para fomentar a indústria do audiovisual, bem como viabilizá-la através de uma distribuição e exibição eficazes. O

senador entende, por exemplo, que há muito para ser feito entre os realizadores e as televisões, através das quais o produto audiovisual brasileiro poderá chegar a um público maior.

– Temos de encontrar um ponto comum em que os interesses dos cineastas e das emissoras se somem, em proveito do audiovisual brasileiro, verdadeiro espelho do povo e do país – afirmou.



Francelino pretende apresentar uma proposta de incentivo ao audiovisual



A Comissão de Justiça deverá apreciar 23 emendas apresentadas à proposta pelos senadores

CCJ e CAS votam projeto que proíbe propaganda de cigarro

Apreciada em regime de urgência, a proposta veda aos fabricantes a possibilidade de patrocinar atividades esportivas ou culturais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar no dia 13 de setembro o projeto de lei da Câmara alterando dispositivos da lei que trata das restrições ao uso e à propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. A matéria recebeu 23 emendas. O prazo para apresentação de emendas encerrou-se na quarta-feira.

O projeto proíbe a propaganda na TV e no rádio de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. Os anúncios só poderão ser veiculados através de pôsteres, painéis e cartazes, na parte interna dos locais de venda. A matéria, que tem urgência constitucional de 45 dias, será apreciada ao mesmo

tempo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De autoria do deputado federal Roberto Brant (PFL-MG), o projeto proíbe ainda o patrocínio de atividade cultural ou esportiva por empresas cujos produtos são feitos à base de tabaco. A propaganda comercial de cigarros não poderá ser associada à prática de atividades esportivas, olímpicas ou não, nem sugerir ou induzir seu consumo em locais ou situações perigosas, abusivas ou ilegais. Também não poderá ser incluída a participação de crianças ou adolescentes.

O projeto também proíbe a propaganda, venda e distribuição de amostra ou brinde de cigarros pelo correio, bem como a realização de visita promocional ou distribuição gratuita em estabeleci-

mento de ensino ou local público. O projeto veta ainda propaganda fixa ou móvel de cigarros em estádio, pista ou local similar.

Entre as mudanças propostas pelo projeto – que altera dispositivos da Lei 9.294/96 – está o aumento no valor da multa para os infratores, de R\$ 1.410 a R\$ 7.250 para no mínimo R\$ 5 mil e no máximo R\$ 100 mil. As emissoras que infringirem a proibição poderão inclusive ter suspensa a programação pelo tempo equivalente ao dos anúncios em desacordo com a lei. Para conferir à nova legislação a eficácia que a Lei 9.294 não tem, foi definida a competência de órgãos como os ministérios da Saúde e das Comunicações na fiscalização e punição aos infratores.

Proposta altera Lei do Rito Sumário em desapropriações para reforma agrária

Aguarda inclusão na Ordem do Dia o projeto de lei complementar, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que altera a Lei do Rito Sumário em processos de desapropriação de terras destinadas à reforma agrária. O projeto, destaca o senador, pretende garantir a justa remuneração do imóvel rural desapropriado, por meio de correção monetária do valor da indenização apurado na data da perícia, ou o consignado pelo juiz, até a data do efetivo pagamento.

– Deve-se estar sempre atento aos reflexos do valor da indeniza-

ção, para não se encorajar súbitos e desproporcionados enriquecimentos – ressalta o senador.

O projeto também exclui do cálculo da indenização a área de cobertura vegetal, o que tem sido motivo de polêmica devido às diferentes decisões judiciais. O senador argumenta que não existe razão para sustentar a conversão das espécies vegetais que integram o imóvel em indenização se ficar provado que são de uso doméstico, não sofriam exploração econômica ou que são de formação espontânea, não decorrendo de investimento relevante do homem.



Ademir Andrade: objetivo é evitar o enriquecimento desproporcionado de alguns proprietários

Freire quer reforçar proibição à venda do Banco do Brasil e da CEF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve votar ainda neste ano projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que impede o governo de realizar estudos para a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. O relator do projeto é o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que ainda não apresentou seu parecer.

Freire entende que é competência exclusiva do Congresso Nacional impedir ato do Executivo que ultrapasse o poder regulamentar ou os limites da delegação, conforme definidos na Constituição. Ele explicou que a lei que alterou o Programa de Desestatização determina que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal não são alvo de privatização. E argumentou que, aprovando esse projeto, o Legislativo estará exercendo plenamente suas atribuições constitucionais.

– Fica claro que qualquer ação do Executivo, mesmo as de caráter administrativo, visando aplicar a desestatização prevista na lei às duas das nossas mais importantes e destacadas instituições financeiras, caracteriza exorbitância

regulamentar e legal – disse Freire.

Freire apresentou esse projeto no ano passado, exatamente depois do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ter dito em sabatina no Senado que um grupo intergovernamental havia sido criado para estudar e se pronunciar oficialmente sobre a privatização do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras. Para o senador, a forma evasiva como Armínio Fraga respondeu à pergunta já manifestava claramente a posição privatista do presidente do BC.

O parlamentar entende que, na cultura política brasileira, há uma tendência de colocar o Poder Legislativo em posição subalterna, sendo “inúmeros os exemplos de ações normativas, administrativas e até com força de lei do Executivo, desrespeitando o ordenamento jurídico brasileiro”. Lembrando que o Senado não tem faltado aos interesses nacionais, ele disse que esse comportamento do Executivo prejudica a democracia e a sociedade – por isso, o projeto deve ser aprovado.



Freire pretende impedir governo de realizar estudos sobre privatização

Ademir critica negócio com ações da Petrobras

Um “equivoco”, que trouxe prejuízos para o país em função dos “pífios” resultados da operação e da ótica “meramente financista” que orientou a aplicação do valor arrecadado. Esta é a definição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) para a recente operação de venda de ações da Petrobras pelo governo federal. Ele analisou o assunto em discurso no Plenário.

Na avaliação do parlamentar, a venda de aproximadamente 30% das ações ordinárias da Petrobras, pelas quais o governo obteve pouco mais de 7,2 bilhões de reais, foi um equivoco porque “o produto desta venda se destinava não a investimentos na própria Petrobras ou no setor de petróleo, ou ainda, a investimentos sociais, mas ao pagamento de juros da dívida pública”.

Ademir Andrade rejeita essa destinação lembrando que a dívi-

da pública nacional “não pára de crescer, em virtude da opção política da atual administração federal de financiar seu déficit crônico com a poupança privada externa”.

O senador paraense criticou a “ótica meramente financista” do governo federal, culpando-a pela opção do governo em não “converter os recursos advindos da equivocada venda das ações da Petrobras em investimentos sociais e desenvolvimentistas”. Observou ainda que os investidores estrangeiros ficaram com boa parte dessas ações, apesar do “sentimento nacionalista” da campanha publicitária lançada para apoiar essa operação.

Ademir manifestou “esperança de que este país passe, um dia, a ser governado por homens que se preocupem com os verdadeiros interesses da nação”.

José Roberto Arruda defende a redivisão territorial do país

Citando os exemplos bem-sucedidos de Mato Grosso do Sul e do Tocantins, líder diz que Brasil é grande demais para ter só 26 estados

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou, sexta-feira, estar convencido de que uma nova divisão territorial é importante para o desenvolvimento do Brasil. Na opinião dele, as experiências de Mato Grosso do Sul e do Tocantins atestam o sucesso de iniciativas como essa.

— Eram regiões pouco desenvolvidas e hoje são novas fronteiras econômicas — afirmou o líder do governo do Senado.

A redivisão territorial será estudada por uma subcomissão temporária interna, criada a pedido de Arruda e vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A previsão é de que a subcomissão seja instalada em setembro, em reunião ordinária da CCJ, quando deverão ser eleitos o presidente e o vice do colegiado.

Na opinião do senador, as regiões Norte e Centro-Oeste são as



Na opinião de José Roberto Arruda, o país comporta até mais seis estados ou territórios

que mais permitem novas divisões, especialmente os estados do Pará e Amazonas. “Sou um fanático torcedor por esse processo”, afirmou. Para o senador, não se justifica um país do tamanho do Brasil ter apenas 26 estados. “Está muito desigual”, acredita, imaginando que mais cinco ou seis estados ou territórios podem ser instituídos.

A subcomissão deverá iniciar seus trabalhos examinando pro-

jetos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), já aprovados na CCJ, que convocam plebiscitos sobre a criação de três estados ou territórios: Tapajós (resultando do desmembramento do Pará), Araguaia (com municípios do atual Mato Grosso) e Solimões (a partir do Amazonas). A decisão pela criação de estado ou território será tomada pela população, no plebiscito. A comissão examinará também projeto que trata de mudanças na configuração do Distrito Federal.

O requerimento criando a subcomissão foi aprovado dia 10, mas ainda não há membros indicados para sua composição. A subcomissão terá prazo de 180 dias de funcionamento e contará com nove titulares e nove suplentes — sendo três senadores do PMDB, dois do PFL, dois do PSDB, um do Bloco Oposição e uma vaga a ser compartilhada entre os partidos.

Começa amanhã o primeiro curso de educação a distância do Senado

Terá início amanhã o primeiro curso do programa de Educação a Distância do Senado. Pelo canal VIP (46), serão veiculadas tele-aulas sobre processo legislativo com objetivo de proporcionar aos servidores da Casa noções do Regimento Interno do Senado. Ainda para os funcionários do Senado, estão previstos cursos na área de informática, a se realizarem a partir de 12 de setembro pela Intranet (rede interna de computadores).

O programa é de responsabilidade do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado e utilizará diferentes tecnologias de comunicação, como Internet, Intranet e canal educativo/sistema VIP.

O programa Educação a Distância não se destina, contudo, apenas a senadores e funcionários da Casa, mas também ao atendimento de parlamentares e técnicos dos poderes legislativos estaduais e municipais. No próximo mês, a partir do dia 25, terão início, por exemplo, outros dois cursos para um público mais abrangente — “Desenvolvimento Gerencial” e



O projeto está sob a responsabilidade do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB)

“Licitação e Contratos Administrativos”. Eles serão ministrados pela Internet através dos sites www.ilbsenado.gov.br (do ILB) ou www.senado.gov.br (do Senado).

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, considera que, com a implantação do projeto, “o Senado cria um novo ciclo de contribuição ao país, sem descuidar-se de sua finalidade de servir à democracia”.

— A iniciativa de criação de uma instituição superior de excelência

em ensino, pesquisa e extensão na área legislativa será o primeiro passo para a implantação do que se pode chamar de uma verdadeira Universidade do Legislativo — declarou Antonio Carlos.

Os alunos cadastrados no site do ILB e submetidos à avaliação receberão certificados.

Novos treinamentos estão sendo planejados pelo instituto. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (61) 311-1399 ou 311-1391.



Sandra Magda, no degrau mais alto do pódio: próximo desafio é uma maratona em Portugal

Servidora da Casa vence maratona de Blumenau

“Uma maratona não se corre só com as pernas, mas com a cabeça e, principalmente, com a alma.” É esse o segredo da vencedora da XVI Maratona de Blumenau, a funcionária do Senado Federal Sandra Magda, que já participou de 58 provas de longa distância durante os últimos 18 anos, no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa.

Lotada no gabinete do senador Bello Parga (PFL-MA), sua vitória mais recente foi em 30 de julho passado, quando tirou o primeiro lugar, categoria feminina, na XVI Maratona Internacional de Blumenau (SC). Sandra não é nem pretende ser uma atleta profissional, apesar de já ter sido a melhor na sua modalidade, no Brasil, durante as décadas de 80 e 90.

Uma lesão na cartilagem do joelho a obrigou a parar por cinco anos. Mas antes, ela já havia vencido maratonas em Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília, além de ter participado de provas em Paris, Lisboa e — cinco vezes — em Nova Iorque.

— Corro porque gosto — diz ela, que também é psiquiatra e reserva os fins de semana para atender aos pacientes.

Mas, antes de tratar da cabeça alheia, ela admite que encontra o equilíbrio através do esporte. Durante a semana, os compromissos de trabalho a obrigam a treinar em qualquer horário. Às vezes, quando o dia é muito apertado, ela vai treinar às 23h, no *Eixão*.

— Mas todos os sábados, às 5h30, encontro um grupo de amigos no estacionamento 12 do Parque da Cidade e fazemos um percurso de 22 quilômetros. Passamos pela Rodoviária, Praça dos Três Poderes e depois retornamos ao ponto de partida — conta.

No próximo mês de outubro, Sandra Magda deve participar de mais uma maratona em Portugal. Incomodada com a interferência do poder econômico sobre o mundo dos esportes, ela concentra suas críticas nas distorções causadas pela televisão. Para ela, a TV é a principal responsável pelo número excessivo de participantes nas provas, o que acaba atrapalhando os atletas melhor preparados.

Além disso, protesta ela, para atender aos interesses da mídia as provas acabam sendo marcadas em horários inconvenientes. “Sempre durante o dia, quando a temperatura está muito alta, o que causa excessivo desgaste físico aos atletas”, queixa-se Sandra.

Ao falar de desgaste físico, Sandra revela uma ponta de orgulho ao se referir ao acidente que sofreu durante uma das vezes em que participou da Maratona Internacional do Rio de Janeiro, quando quebrou o pé.

— Foi no quilômetro 26 e eu fiz o resto do percurso com o pé quebrado — disse.

A prova tem ao todo 42 quilômetros e 195 metros.

Humberto Souto fala sobre o papel do TCU

Em entrevista à TV Senado, o futuro presidente do órgão, que toma posse em dezembro, esclarece o papel do tribunal, “um exemplo raro num país enxovalhado pela corrupção”. O programa pode ser visto às 11h de hoje



Humberto Souto (D), ministro do Tribunal de Contas da União, é entrevistado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Debate* – Sen. Pedro Simon e o presidente da OAB, Reginaldo de Castro, falam sobre o combate à corrupção
7h30 – *Entrevista Especial*: Ministro Humberto Souto, vice-presidente do TCU
8h30 – *TV Escola* – *Trama do Olhar* – Entender para avaliar
9h – *Cores do Brasil* – Folclore do Maranhão
9h30 – *Entrevista* – Sen. Geraldo Althoff fala sobre os concursos públicos
10h – *Seminário Desenvolvimento Integral da Primeira Infância e Políticas Públicas*
11h – *Entrevista Especial* – Ministro Humberto Souto, vice-presidente do TCU
12h – *Cores do Brasil* – Sergipe
12h30 – *Revista Brasília*
13h30 – *Debate* – Sen. Pedro Simon e o presidente da OAB, Reginaldo de Castro, falam sobre o combate à corrupção
14h30 – *Sessão Plenária* (vivo)
18h30 – *Entrevista* – Sen. Henrique Loyola fala sobre o ensino profissionalizante
19h – *Especial Fortes do Brasil* – Forte de Recife
19h30 – *Debate* – Sen. Pedro Simon e o presidente da

OAB, Reginaldo de Castro, falam sobre o combate à corrupção
20h30 – *Entrevista* – Sen. Geraldo Althoff fala sobre os concursos públicos
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)
Logo após: *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

A reconstrução da imagem do Tribunal de Contas da União (TCU), atingida pelas críticas quanto à atuação do órgão no caso do desvio de verbas do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, é a principal preocupação de seu futuro presidente, ministro Humberto Souto, que deve assumir o cargo em dezembro. Em entrevista à TV Senado, que pode ser vista hoje às 11h, Souto, que já foi vereador, deputado estadual e federal por Minas Gerais, defende a participação de políticos na composição do tribunal, e adverte para os riscos de um processo de desmoralização da instituição. O programa também foi mostrado no final de semana.

– O TCU tem recebido críticas do senador Antonio Carlos Magalhães e até do presidente da República, e não temos explicação para isso. O tribunal é um exemplo raro num país enxovalhado pela corrupção, pois nunca teve qualquer de seus integrantes envolvi-

do em denúncias em seus 110 anos de existência, desde que foi idealizado e criado por Rui Barbosa – disse.

Para Souto, o TCU agiu corretamente, dentro dos seus limites e de acordo com suas possibilidades, no caso do TRT. Ele lembrou que o tribunal foi o responsável pela primeira investigação das irregularidades, com uma auditoria instalada em 1992, e depois encaminhou o técnico responsável para municiar de informações a CPI do Judiciário, até que a comissão, utilizando seus poderes específicos, inclusive de quebra de sigilo bancário, chegasse aos resultados hoje conhecidos.

O ministro ressalta na entrevista que o TCU orgulha-se de não ter “sequer um parente de seus ministros nomeado para qualquer dos cargos do quadro”, constituindo uma exceção quanto às acusações de nepotismo que recaem sobre outros tribunais, e de manter um corpo de fun-

cionários recrutado exclusivamente por concurso público. De seus servidores, afirma, é exigida alta capacitação para cumprir, com eficiência, o extenso elenco de atribuições do tribunal, que incluem zelar pela boa aplicação de todos os recursos da União, desde aquele destinado à merenda escolar até os de convênios do Sistema Único de Saúde (SUS) com hospitais, além das verbas para as embaixadas brasileiras no exterior e das aposentadorias concedidas a servidores civis e militares.

O futuro presidente do TCU defende a atual composição do tribunal. Ele explica que, dos 12 ministros, seis são políticos, e que a participação de parlamentares e ex-parlamentares é perfeitamente aceitável, uma vez que o Legislativo é o Poder responsável pelo controle externo. Afirma ainda que a vitalidade fortalece a instituição, e extingui-la seria “uma falácia”.

Senado ofereceu na Feira do Livro da Bahia Constituição atualizada

A IV Feira Internacional do Livro da Bahia, encerrada ontem em Salvador, apresentou uma alternativa para quem não consegue manter seu exemplar da Constituição atualizada: o estande do Senado Federal ofereceu aos visitantes a última versão da lei máxima do país, incluindo a emenda constitucional promulgada em 25 de maio passado.

Por apenas R\$ 2, os baianos puderam comprar a Constituição em disquete já alterada pelas 28 emendas constitucionais promulgadas desde 1988, além das seis emendas aprovadas na revisão constitucional de 1993. Para quem preferiu a versão impressa, o exemplar foi vendido por R\$ 5.

A dificuldade de se conseguir um exemplar atualizado da Carta Magna pode ser entendida, já que, desde a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Congresso promulgou 23 emendas, alterando principalmente a ordem econômica do país. Nesse período, os serviços de gás canalizado, a navegação de cabotagem e a exploração de recursos minerais foram abertos à iniciativa privada, além de ter sido aberto o setor de telecomunicações, que culminou com a privatização da Telebrás em julho de 1998. A nona emenda constitu-



O Senado apresentou aos visitantes da IV Feira Internacional do Livro da Bahia suas publicações, além do trabalho realizado pela instituição

nal, por exemplo, flexibilizou o monopólio estatal do petróleo e abriu caminho para a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Outras modificações constitucionais instituíram alterações no sistema de distribuição dos tributos arrecadados no país. É o caso da emenda que criou o Fundo Social de Emergência (FSE), criado com a finalidade de garantir a estabilidade das contas públicas e que, mais tarde, passou a se chamar Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até, finalmente, ganhar o nome de Desvinculação das Receitas Orçamentárias da União (DRU). A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) também foi instituída graças a uma alte-

ração no texto constitucional. Criada com a alíquota de 0,25%, a CPMF foi recentemente prorrogada até 2002, descontando 0,3% das transações bancárias.

Também foi o governo federal que encaminhou ao Congresso as reformas administrativa e da Previdência, que foram aprovadas na forma de emendas à Constituição. Elas alteraram profundamente o regime de trabalho dos servidores públicos e a aposentadoria desses trabalhadores e os da iniciativa privada.

Uma das mais comentadas alterações na Constituição foi a emenda que permitiu a reeleição. Graças à mudança, o presidente Fernando Henrique Cardoso pôde se candidatar para um segundo mandato.

Marina teme prejuízos de ação contra o narcotráfico

Para senadora, governo brasileiro não pode permitir a utilização de fungos, esfoliantes e outros produtos químicos que, usados para destruir plantações ilegais na Colômbia, provoquem a contaminação de mananciais da Amazônia

A senadora Marina Silva (PT-AC) pediu ao governo brasileiro para assumir uma posição clara contra o uso de fungos, esfoliantes ou outros produtos químicos para destruir plantações de coca e papoula na Colômbia. A operação pode fazer parte do acordo militar firmado entre a Colômbia e os Estados Unidos para combater o narcotráfico. Segundo a senadora, o próprio Itamaraty já admitiu temer que essas substâncias sejam utilizadas. Ela advertiu para o risco de contaminação do meio ambiente que o emprego dessas armas



Marina Silva propõe que o Congresso aprove moção de repúdio contra a operação

químicas e biológicas traria para toda a região amazônica. Esses

métodos de combate à lavoura da coca, segundo a senadora,

poderiam causar um êxodo de mais de 25 mil camponeses colombianos para o Equador. Além disso, o uso dos fungos provocaria a poluição dos rios, lagos e igarapés dos países vizinhos à Colômbia. Marina Silva sugeriu a aprovação de uma moção de repúdio pelo Congresso Nacional, antes que a decisão se efetive. Ela lembrou que os países sul-americanos vão se reunir no Rio de Janeiro em 31 de agosto e 1º de setembro e disse esperar que se aproveite a oportunidade para uma discussão sobre os prejuízos que

o uso desses produtos poderá causar sob os aspectos social, ambiental e econômico, não apenas à Colômbia, mas a todo o continente. Marina quer que o Brasil assumira uma posição de liderança em relação ao assunto. Para a parlamentar, além do problema ambiental que as armas biológicas poderão acarretar, a operação supostamente a ser executada no território colombiano poderia, se confirmada, representar desrespeito aos direitos humanos das populações das áreas controladas pelo narcotráfico.

Cabral destaca realização do seminário jurídico Roma Brasília

O 17º Seminário Roma Brasília, realizado na última quinta-feira no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi elogiado, sexta-feira, pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

O evento teve como objetivo debater os temas identidade latina e resistência, direito e cultura no mundo contemporâneo. Cabral participou do painel *Justiça Nacional e Justiça Internacional*, em que foram abordados temas como a guerra do Kosovo, o processo internacional contra o ex-presidente chileno Augusto Pinochet e questões como soberania nacional e a globalização da economia.

O senador disse que o ministro Ruy Rosado, do STJ, que presidiu a maior parte do painel, e o juiz Carlos Fernando Mathias de Souza, do Tribunal Regional Federal, um dos organizadores do evento, merecem o reconhecimento do Senado pelo evento.

– Iniciativas como o painel sobre Justiça nacional e internacional fazem com que, a cada dia, os países da vizinhança possam se dar conta de que há necessidade, sobretudo no campo dos direitos humanos, de uma nova caminhada para divisar novos horizontes e que se apontem soluções – afirmou o parlamentar.

O senador Bernardo Cabral registrou a presença no seminário do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo Oscar de Cas-



Cabral foi um dos debatedores do evento, que tratou de temas como globalização e direitos humanos

tro, e do consultor jurídico do Itamaraty, Antônio Carlos Cachapuz de Medeiros.

O senador contou que também tomaram parte dos debates seis representantes de tribunais estrangeiros: o presidente da Corte Constitucional italiana, Cesare Mirabelli; o presidente da Corte Suprema de Justiça do Paraguai, Carlos Fernandez Gadea; o presidente da Suprema Corte de Justiça do Uruguai, Juan Mario Charlon; a ministra Emilse Ardaya, da Corte Suprema de Justiça da Bolívia; o ministro do Tribunal Constitucional do Chile, Juan Colombo Campbell; e o presidente da Suprema Corte chilena, Hernán Alvarez.

Heloísa Helena aponta contradições em depoimento de ex-secretário-geral

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apontou uma série de contradições entre o que disse o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge, em seu depoimento na Subcomissão do Judiciário, e o conteúdo dos depoimentos de juízes e funcionários da Justiça do Trabalho. Conforme a senadora, só a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) ou o fornecimento de informações detalhadas pelo Banco Central poderiam mostrar quem está dizendo a verdade sobre o desvio de verbas destinadas à construção do fórum trabalhista de São Paulo:

– O sigilo bancário não é um direito absoluto quando o que está em jogo é o interesse público. Desconfio de que tem alguém grande impedindo que o Banco Central forneça a cadeia das ordens bancárias referentes aos pagamentos da obra – disse a senadora.

A primeira contradição apontada pela senadora diz respeito à afirmação de Eduardo Jorge no sentido de que as liberações de verba para a obra teriam ocorrido de forma automática, atendendo ao princípio de independência e autonomia entre os Poderes. Desse modo, teria sido impossível que Eduardo Jorge atuasse como mediador

entre o juiz Nicolau dos Santos Neto, principal acusado do desvio, e o Tesouro Nacional:

– Todos os outros depoentes deixaram claro que a liberação não era automática, a não ser para despesa de pessoal. E se, como afirma Eduardo Jorge, o Executivo interferiu na nomeação de juízes classistas, essa tese da autonomia não se sustenta – observou Heloísa Helena.

Segundo a senadora, Eduardo Jorge informou um número maior que o dos outros depoentes para os juízes classistas que teriam sido nomeados com o objetivo de evitar ações trabalhistas que prejudicassem o Plano Real. Além disso, juízes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) têm afirmado à subcomissão que os juízes clas-

sistas jamais teriam como influir nos rumos do plano. Nem houve, como afirmou o ex-secretário, conversas com membros da Justiça do Trabalho a respeito de aspectos filosóficos relativos à política econômica, de acordo com Heloísa Helena.

A senadora também cotejou as declarações de Eduardo Jorge – negando que tivesse interferido na administração de fundos de pensão – com o que têm dito o ex-presidente da Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil) e a ex-secretária da Administração Federal Cláudia Costin. Para Heloísa Helena, é preciso pôr em dúvida o que Eduardo Jorge disse sobre ligações telefônicas para o Juiz Nicolau – que se intensificavam próximo das datas de liberação de verbas. Já a afirma-

ção do ex-secretário de que era investigado há um ano pelo Ministério Público não seria verdadeira. Conforme a senadora, as investigações começaram há apenas um mês.



Heloísa Helena acha que só uma CPI poderia mostrar quem está dizendo a verdade